



Europe, China and the Two SARs – Towards a New Era

Cláudia Pedra

Europe, China and the Two SARs – Towards a New Era fornece uma análise comparativa das políticas bilaterais dos países da União Europeia e o modo como se articulam numa política global da União de aproximação à China.

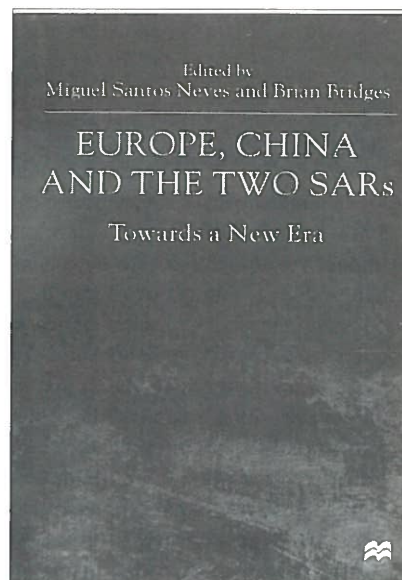
A primeira parte da obra aborda as políticas dos Estados-membros (Reino Unido, Holanda, Itália, Espanha, França, Alemanha, Portugal), que têm um envolvimento mais intenso nas relações com a China e as duas Regiões Administrativas Especiais (RAEs), pormenorizando as relações bilaterais ao nível económico, político e de segurança e a dinâmica do processo de tomada de decisões; a segunda, o papel da Comissão Europeia; a terceira, apresenta a visão chinesa e das duas RAEs sobre o relacionamento sino-europeu; finalmente, os coordenadores da obra analisam as convergências e divergências entre as diversas políticas bilaterais e avançam propostas com vista a reforçar a coerência das políticas europeias em relação à China e às duas RAEs.

Para enquadrar as relações sino-europeias, o livro apresenta a evolução do relacionamento entre a Europa e a China: os anos 50 e 60 são marcados por uma relativa indiferença da China em relação à Europa, uma vez que estava mais voltada para a sua própria revolução interna e para as questões fronteiriças; nos anos 70 a China aproxima-se da Comunidade, na procura um parceiro para a sua tentativa de desenvolver uma frente internacional contra a União Soviética; no final dos anos 70 começa uma terceira fase, que coincide com o início da política de abertura e reforma económica chinesa e em que é assinado o acordo de

comércio preferencial entre a Comunidade e a China; a quarta fase iniciou-se após o massacre na Praça de Tianamen em 1989, dando azo a um maior atrito no relacionamento sino-europeu, tanto a nível das relações económicas e políticas como especialmente na questão dos direitos humanos, que irá marcar os anos 90. Em 1997, com a devolução de Hong Kong à soberania chinesa, inicia-se uma nova fase. Essa transição, bem como a de Macau, que teve lugar em 1999, em conjunto com o lançamento do euro como forte moeda internacional, têm um impacte estrutural nas relações sino-europeias, iniciando uma nova fase no conturbado processo de relacionamento.

Da análise das políticas dos Estados ressaltam os pontos de convergência e divergência existentes. Todos os Estados apresentaram a China como a primeira prioridade na Ásia, dadas a sua predominância na região e a ascensão como potência internacional. As políticas bilaterais têm dado prioridade às relações económicas, embora haja uma tendência para uma crescente importância da vertente política, mesmo que ainda relegada para segundo plano quando entra em contradição com considerações económicas. O papel dos Governos é determinante na concepção e implementação das políticas, tendo as relações bilaterais tendência para se centrarem em Pequim, com uma extensão para Xangai e Guangzhou, sendo os laços a um nível mais descentralizado ainda diminutos. Finalmente, os empresários ainda têm uma participação muito limitada no processo de decisão política e há pouca articulação entre os Governos e as iniciativas do sector privado.

A nível de divergências, há Estados com um interesse exclusivamente económico no relacionamento com a



Miguel Santos Neves, Brian Bridges (eds.), *Europe, China and the Two SARs – Towards a New Era*, Londres, Macmillan Press, 2000

China, enquanto outros, em proporções variáveis, combinam interesses económicos e políticos; alguns têm apenas relações formais com a China, enquanto outros têm relações descentralizadas com o sector empresarial e com organizações da sociedade civil. Na questão dos direitos humanos, há Estados que ainda não decidiram claramente se devem ou não abordar esta questão, tão sensível para a China.

Em jeito de conclusão, uma pergunta: será viável no futuro uma política comum da Europa em relação à China? Se existe uma coerência europeia a nível dos objectivos que se espera alcançar na relação com a China – uma abertura, que se reflectirá nas trocas comerciais e no modo como são adoptadas as políticas pós-transição nas RAEs – a União Europeia diverge na definição das prioridades e no modo como esses objectivos deverão ser atingidos. Para que o leitor sinta que este livro não é apenas uma teorização, os coordenadores apresentam medidas práticas para fortalecer a coerência, a convergência e a cooperação.

Este livro resulta de uma conferência que decorreu em Maio de 1997, organizada conjuntamente pelo IEEI, a Universidade de Macau e a Fundação Macau, e contou com a participação de especialistas da Europa, da China, de Hong Kong e Macau.

Cláudia Pedra, Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais